



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05   08   2015	18h	61ª SESSÃO ORDINÁRIA.	1

**TERCEIRA SECRETARIA  
DIRETORIA LEGISLATIVA  
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO  
SETOR DE TAQUIGRAFIA  
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA  
1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 7ª LEGISLATURA  
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 61ª  
(SEXAGÉSIMA PRIMEIRA)  
SESSÃO ORDINÁRIA,  
DE 5 DE AGOSTO DE 2015.**

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido o Deputado Chico Vigilante a secretariar os trabalhos da Mesa.

Dá-se início aos

Comunicados da Mesa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – O Expediente lido vai à publicação.

Há número regimental.

Dá-se início ao

PEQUENO EXPEDIENTE.

Passa-se aos

Comunicados de Líderes.

Concedo a palavra ao Deputado Joe Valle.

DEPUTADO JOE VALLE (Bloco Sustentabilidade, Trabalhismo e Solidariedade. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Boa tarde, Sr. Presidente; boa tarde a todos. É um prazer estar nesta tribuna novamente. Eu gostaria de iniciar convidando todos os presentes – e toda a Casa, pelo sistema de som – para a comissão geral que vai



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05   08   2015	18h	61ª SESSÃO ORDINÁRIA.	2

acontecer amanhã neste plenário. É uma comissão geral que reúne todos os órgãos de controle da saúde do Distrito Federal para discutir a saúde do DF.

Nós vamos ter presentes, já confirmados: o Tribunal de Contas da União, porque há recursos federais na saúde do Distrito Federal; o Tribunal de Contas do Distrito Federal; a Defensoria Pública do Distrito Federal – a área que faz a judicialização, com o Dr. Celestino; a Controladoria-Geral do Distrito Federal; o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, com participação também; a Câmara Legislativa; o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios – a área que trata da saúde do Distrito Federal; o Conselho de Saúde do Distrito Federal e o Conselho Regional de Medicina do Distrito Federal. Então, vamos estar com essas pessoas todas discutindo a gestão na saúde do Distrito Federal, com a presença confirmada do Secretário de Saúde.

Isso é muito importante, Deputado Ricardo Vale, que se interessa bastante por esse assunto, e Deputado Agaciel Maia, que pode dar toda a orientação na questão orçamentária, já que existe uma grande dúvida em relação ao orçamento da saúde: se ele vai dar até o final, se não vai dar, como está esse processo. Então, eu faço esse convite a todos os senhores.

A segunda coisa é que a Comissão de Fiscalização, Governança, Transparência e Controle, a partir dos seus cinco membros, definiu a fiscalização da saúde para esse período de trabalho. E nós iniciamos então. Temos hoje uma equipe formatada para isso. Já fizemos. Tínhamos pactuado com o Secretário de Saúde anterior e fomos surpreendidos com a saída. Vamos pactuar com o novo secretário, sem problema. Começamos, inclusive, as visitas de trabalho aos hospitais.

Isso está se desenrolando dentro da comissão de fiscalização, e eu gostaria de convidar todos os senhores para que tomassem conhecimento do que está acontecendo, porque é um projeto que foi feito com planejamento estratégico, com estratégia de ação, extremamente documentado para termos efetividade no trabalho. Vamos ter efetividade. Vamos fazer um trabalho efetivo de fiscalização da saúde.

Não é uma fiscalização punitiva porque nós não temos as ferramentas, os instrumentos de punir, mas, como estamos conveniados com o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, com a Controladoria, com o Tribunal de Contas do Distrito Federal, estamos extremamente assessorados para que, caso constatem qualquer irregularidade, possamos levá-las aos nossos conveniados e assim eles tomem atitude.

O processo vai a partir de um trabalho em gestão, com um diagnóstico já muito claro. Como disse V.Exa., Deputado Agaciel Maia, a gente tem um desperdício de aproximadamente 20% a 25% de recursos na saúde. Não é fácil resolver isso, porque, se fosse fácil, certamente os gestores anteriores já tinham resolvido. Mas eu acredito que a Câmara Legislativa tem excelentes quadros na Comissão de



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05   08   2015	18h	61ª SESSÃO ORDINÁRIA.	3

Fiscalização: há médicos, engenheiros, agora, arquitetos que podem auxiliar nessa questão.

Então, é importante, no meu entendimento, a preparação. Nós passamos o mês de julho inteiro aqui trabalhando, não tiramos recesso, fizemos várias reuniões de preparação para esse começo de trabalho já a campo, mas com tudo já organizado e ordenado e com todos os relatórios de perguntas para as atividades.

Já oficiamos duas unidades, o HRAN e o Hospital de Base. Já recebemos todo o material de estudo, desde organograma a gastos etc. Já temos o relatório do Hospital de Base com as perguntas iniciais para a equipe de gestão que vamos discutir na comissão de fiscalização. A ideia é focar em uma unidade, a maior unidade, no caso, o Hospital de Base, mas, paralelamente, também trabalhar algumas outras unidades de especialidades na média e alta complexidade.

Então, Sr. Presidente, eu queria falar isso, que a Câmara Legislativa está fazendo...

DEPUTADO RICARDO VALE – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO JOE VALLE – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO RICARDO VALE (PT. Sem revisão do orador.) – Primeiro eu quero parabenizar V.Exa. pela iniciativa dessa comissão geral amanhã e de a comissão de fiscalização acompanhar de perto e fiscalizar essas questões relativas à saúde pública do Distrito Federal, que se encontra numa situação muito complicada.

No semestre passado, nós da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar e da Comissão de Educação, Saúde e Cultura, em função de todo o caos que vimos no primeiro semestre, propusemos, além do convite ao secretário de Saúde para vir aqui explicar toda aquela crise que V.Exa. acompanhou muito bem, a constituição de uma comissão especial, que não era nem para fiscalizar, era para acompanhar toda a ação do GDF em relação à saúde. Foi proposta a formação de uma comissão especial de seis meses para que o secretário anterior – da época em que a gente propôs – pudesse informar a esta Casa o que ia fazer para resolver a falta de medicamento, a falta de médico, a questão da superbactéria, para explicar tudo isso.

Nesse ínterim, houve a mudança, chegou o novo secretário, e a notícia que a gente recebe através da imprensa é a de que não há recurso e é preciso que a Câmara aporte uma quantia considerável para comprar remédio, pagar salário de servidor. Então, é uma situação muito complicada.

Acho que a fiscalização é importante e que a Câmara tem que agora acompanhar passo a passo esse processo. O governo e o novo Secretário de Saúde têm que dizer, afinal de contas, que números são esses, porque nós temos dados de que existem recursos – quase 50% do Fundo de Saúde estão aplicados. Então, como é que não há dinheiro? A gente sabe, segundo a Presidente passou para a gente,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05   08   2015	18h	61ª SESSÃO ORDINÁRIA.	4

que o próprio Ministério Público esteve aqui conversando conosco e alertando sobre a preocupação com a área de saúde.

Eu queria propor a V.Exa., à Comissão de Fiscalização, Governança, Transparência e Controle, que se reúna com os membros da Comissão de Saúde e da Comissão de Direitos Humanos, porque o que está acontecendo nesses hospitais é uma verdadeira falta de respeito com a pessoa humana, com os trabalhadores, com a população. A Comissão de Direitos Humanos também precisa se inserir nesse processo para que a gente possa, além de fiscalizar, acompanhar e cobrar do governo mais transparência em relação a essa questão financeira. Inclusive quero lembrar aqui que o secretário anterior chegou a falar que não tinha sequer conseguido licitar, comprar os remédios que estavam faltando – ele apresentou uma lista grande de remédios que estavam faltando – por falta de equipe, por falta de prazo. Portanto, há uma verdadeira bagunça.

Quero cumprimentar V.Exa., dizer que me somo ao seu trabalho e que estarei aqui amanhã participando dessa comissão geral.

DEPUTADO JOE VALLE – Agradeço o aparte do Deputado Ricardo Vale.

Deputado, V.Exa. falou da bagunça. Vou dizer que o estado de calamidade da saúde é muito sério, mas há muitas pessoas apaixonadas, pessoas trabalhadoras que querem que dê certo. Ontem, no Hospital de Base, vi pessoas do corpo técnico do hospital extremamente apaixonadas, fazendo de tudo para que aquele palco de guerra pudesse ter uma solução minimamente humana. Mas acho que esse é um problema que, se tivéssemos cem Deputados aqui, todos deveriam entrar para resolver. Com 24, então, seria muito bom que todos colaborassem porque é muita coisa, é um universo. São mais de 30 mil funcionários, mais do que uma cidade mediana brasileira, para se trabalhar. São quatorze hospitais com muitos problemas. Há um problema de regionalização muito sério aqui no Distrito Federal. Você hoje atende cem, amanhã atende trezentos, e a maioria muitas vezes vem de cidades do Entorno. Ontem nós estávamos vendo que o Hospital de Base atende pacientes num raio de 1.500 quilômetros. A 1.500 quilômetros desta cidade é como chegar ao litoral e rodar mais.

Isso acontece porque temos especialistas e especialidades muito interessantes. Há coisa boa acontecendo na saúde do Distrito Federal também, graças a Deus, mas infelizmente só vemos as coisas ruins, o que afeta diretamente a autoestima do funcionalismo da saúde. Acha que tudo que fazem é ruim. Isso é muito ruim, no cômputo geral. E há coisas boas acontecendo também.

Cabe à Câmara articular e ajudar nisso, com seu papel natural de fiscalização, para que a gente possa orientar a população. A fiscalização sempre auxilia o governo a gastar melhor os recursos públicos, sem desperdício, como o Deputado Agaciel Maia falou.

(Assume a Presidência a Deputada Celina Leão.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05   08   2015	18h	61ª SESSÃO ORDINÁRIA.	5

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO JOE VALLE – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PTC. Sem revisão do orador.) – Deputado Joe Valle, inicialmente eu gostaria de parabenizar V.Exa. por esse trabalho que tem feito. Eu sei que é desgastante essa Comissão de Fiscalização. V.Exa. tem ido diretamente aos hospitais, não só observar *in loco* a questão do funcionamento, da conversão dos recursos do governo em atendimento à população, como também tem tido a iniciativa de fazer audiências públicas como a que teremos amanhã. Os Deputados e a população terão a oportunidade de mergulhar no assunto e esclarecer toda essa questão da saúde pública do Distrito Federal, que não é só uma preocupação do Governo Rodrigo Rollemberg, mas da população de Brasília e também da grande região metropolitana – eu prefiro chamar assim a chamar de Entorno. Nós estamos constantemente em matérias nacionais, uma referência negativa à área da saúde do Distrito Federal.

Então, eu quero parabenizar V.Exa. por essa iniciativa. Amanhã será importante a presença dos Deputados, porque teremos secretários, teremos diretores, e todos esses questionamentos que os Deputados encontram no dia a dia nas ruas – as pessoas que não conseguem atendimento, as que marcam uma consulta e esperam um mês, outras que chegam até a morrer na fila do hospital – poderão ser esclarecidos.

Nós sabemos que saúde pública se faz com equipamentos de tecnologia – faz-se com tecnologia –, faz-se com o custeio – porque existe a medicação, que não pode faltar – e se faz, principalmente, com os recursos humanos, que são os médicos, que são os enfermeiros, que são os funcionários da Secretaria de Saúde. Então, essas três variáveis têm que ser sincronizadas, têm que ser equalizadas para que a gente tire a área de saúde de Brasília desse caos em que se encontra.

Portanto, V.Exa. está de parabéns por seu pronunciamento e em especial pelo seu trabalho à frente da Comissão de Fiscalização e, mais uma vez, pela iniciativa de fazer uma comissão geral amanhã, a partir das 15 horas, aqui, com todos esses segmentos da saúde.

Parabéns, Deputado Joe Valle.

DEPUTADO JOE VALLE – Agradeço o aparte do Deputado Agaciel Maia.

Deputado Agaciel Maia, a presença de V.Exa. será extremamente importante amanhã, como a de todos os Deputados – Deputado Ricardo Vale, que tem acompanhado o assunto, Deputado Chico Vigilante, Deputado Dr. Michel, Deputada Celina Leão, como Presidente da Casa. Teremos pela primeira vez reunidos todos os órgãos de controle da saúde do Distrito Federal nesta Casa para debatermos e discutirmos a questão.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05   08   2015	18h	61ª SESSÃO ORDINÁRIA.	6

Nós temos hoje um problema sério, uma saúde de quase 6 bilhões por ano, uma saúde cara. Oitenta e poucos por cento disso são gastos com pessoal e, ao mesmo tempo, em todos os lugares a que se vai, está faltando muita gente. Então, há uma incongruência nesses dados, e a gente precisa chegar a uma conclusão. Amanhã será o momento de arguirmos o Secretário de Saúde que está entrando.

Muito obrigado, Sra. Presidente. Era sobre isso que eu queria falar.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra ao Deputado Agaciel Maia.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (Bloco Força do Trabalho. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidenta, Sras. e Srs. Deputados, venho à tribuna hoje para dizer que nem tudo, Deputado Dr. Michel, está ruim no Distrito Federal. Eu falo da taxa de desemprego, que ficou estável no mês de junho.

Segundo levantamento, o número de desempregados no mês de junho ficou estimado em 223 mil pessoas – 2 mil a menos que em maio. Então, no mês de junho houve uma redução do desemprego no Distrito Federal em número de 2 mil pessoas.

A taxa de desemprego no mês de junho apresentou relativa estabilidade no Distrito Federal em comparação ao mês de maio. O índice de 14,2% foi registrado na Pesquisa de Emprego e Desemprego no Distrito Federal – PED/DF divulgada no dia 29 de julho, durante entrevista coletiva no auditório da Companhia de Planejamento do DF – Codeplan.

Em maio, o nível de desemprego ficou em 14,4%. Portanto, em junho, ficou 14.2 – dois décimos a menos – o índice de desemprego, que representa 2 mil a mais empregados.

Segundo levantamento, no último mês, o número de desempregados ficou estimado em 223 mil pessoas no Distrito Federal. A justificativa é que houve um crescimento no nível de ocupação de 1,1%, ou o equivalente a 14 mil postos de trabalho entre maio e junho. Em número, um pouco maior ao da população economicamente ativa, ou seja, maiores de 10 anos que estão ocupados ou desempregados, ou 0,8%, que representa a entrada de 13 mil pessoas na força de trabalho.

A alta de 1,1% no número de empregados fez com que o nível de ocupação passasse a ser calculado em 1 milhão e 345 mil pessoas. Por setor, tal desempenho resultou do crescimento na construção em 15,1%. Ou seja, na construção houve a geração de 11 mil postos de trabalho. No comércio, de 2,3%; ou seja, 6 mil pessoas. E, em menor medida, nos serviços, 0,3%; ou seja, 3 mil pessoas.

De acordo com a pesquisa, a indústria de transformação foi a única que teve redução. Houve uma queda, Deputada Luzia de Paula, de 8,5%. Ou seja, na indústria de transformação, houve um desemprego de 4 mil pessoas.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05   08   2015	18h	61ª SESSÃO ORDINÁRIA.	7

Segundo a posição na ocupação, houve um aumento de 1,2% no total de assalariados, resultado do desempenho positivo do setor privado (1,9%). No setor público, houve relativa estabilidade, ou seja, um decréscimo de 0,3%. Na iniciativa privada, identificou-se um crescimento de 1,5%, ou seja, de 9 mil no número de trabalhadores com carteira assinada, e de 4,2% – ou seja, 4 mil – no de sem registro, sem carteira assinada. Também se elevou a quantidade de autônomos, 3,9%. Ou seja, nós passamos a ter mais 6 mil autônomos no Distrito Federal.

O mercado de trabalho ainda mostra fragilidade, pois a informalidade continua a superar a formalidade. As empresas passam por momentos de crise e os trabalhadores buscam outros meios para encontrar uma ocupação e sustentar a família.

Na análise por regiões, as taxas de desemprego por grupos de regiões administrativas, conforme o nível de renda entre maio e junho deste ano, o grupo com as áreas de rendimentos mais altos — como Lago Sul e Lago Norte — foi o único com aumento de 6,4% para 7,4%. Já o intermediário, como classifica a Codeplan, a exemplo de Taguatinga e Planaltina, o nível de emprego permaneceu relativamente estável, ou seja, com 12,2%, em maio, e 12% em junho. Nas regiões consideradas de rendimento menor, como Samambaia e Santa Maria, houve uma redução do emprego de 17,3%, em maio, para 16,9% em junho.

A PED/DF é feita por meio de convênio entre a Secretaria do Trabalho e do Empreendedorismo, a Codeplan, o Dieese e a Fundação Sistema Estadual de Análises de Dados, vinculada à Secretaria de Planejamento e Gestão.

A questão do desemprego, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, preocupa-nos muito, pois as consequências são diversas. Se os postos de trabalho continuarem diminuindo, à exceção rara do Distrito Federal, na maioria dos outros estados da Federação, o Distrito Federal reduziu o índice de desemprego, mas na maioria das unidades da federação aumentou. Isso causa exatamente uma série de consequências, como o aumento da criminalidade, que é uma das principais consequências do desemprego.

Precisamos, então, Sras. e Srs. Deputados, encontrarmos soluções que aliem tecnologia e empregabilidade, já que as pessoas tiram seu sustento do trabalho. Agora, se não houver trabalho, o futuro dessas pessoas estará comprometido.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Concedo a palavra ao Deputado Bispo Renato Andrade.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE (Bloco da Minoria. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, imprensa, colegas aqui da Câmara Legislativa, em primeiro lugar eu quero falar aqui rapidamente sobre o que aconteceu, e está acontecendo, em Vicente Pires.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05   08   2015	18h	61ª SESSÃO ORDINÁRIA.	8

Esse, para mim, é o governo do caos. O governo que consegue roubar o sonho das pessoas. Mas também devo elogiar o Governador Rodrigo Rollemberg. Ele é unanimidade. Ele conseguiu roubar o sonho dos menos favorecidos, da classe média e até dos ricos, dos servidores públicos, dos empresários. Aí, temos que concordar, ele conseguiu fazer isso aqui no Distrito Federal. É um governo que não dialoga, que não conversa, que não procura ouvir aquilo que de fato possa estar acontecendo.

Tem na Presidência da Agefis... E aí, Deputada Celina Leão, se arrogância tem um nome, esse nome se chama Bruna, que é a Diretora Presidente da Agefis. Parece ser ela a dona da verdade, quer impor o próprio posicionamento naquilo que possa acontecer aqui no Distrito Federal. Não se pode fazer nada sem ouvir as pessoas!

O Governador Rodrigo Rollemberg disse que uma das virtudes do Governador é saber ouvir. Eu gostaria muito – e ele disse isso na campanha –, eu gostaria muito que ele aprendesse a ouvir para depois decidir. E não se decide sem ouvir, especialmente aqueles que são os representantes legítimos do povo. E quem são os representantes legítimos do povo? São os Deputados que foram eleitos e estão aqui dentro para representar a população do Distrito Federal.

É bom lembrar que eu sou contra qualquer tipo de invasão de terra pública. Sou radicalmente contra. O que não se deve é deixar instalar a invasão. Se instalou, deve procurar um meio de resolvê-la. Eu acho que o governo precisava estar preocupado em inibir as invasões e procurar uma solução para aquilo que está totalmente desconexo, sem legislação própria, que são os condomínios. Enfim, tantas outras coisas, a própria Vicente Pires, em que se precisa dar uma solução definitiva para aquilo.

Eu queria, em primeiro lugar, falar sobre isso. É o governo do caos, mas também o governo da mentira.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PTC. Sem revisão do orador) – Eu quero parabenizar V.Exa. pelo discurso, mas algumas informações precisam ser complementadas. E olha que eu não estou com procuração. Nem politicamente é bom o senhor defender a Agefis. Tanto que, em todos os programas de governo, era para se acabar com a Agefis. Depois que se elegeram, não fizeram isso.

Mas, eu quero informar que o critério da ação que a Dra. Bruna apresentou é o seguinte: foi feito um financiamento para regularização e urbanização de Vicente Pires, que envolve alguns milhões junto à Caixa Econômica, e a condição da lei federal é de que tem que ter um percentual das áreas para equipamentos públicos – escolas, praças, etc. – e que a ação estaria voltada para preservar. Eu sei que são 25



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05   08   2015	18h	61ª SESSÃO ORDINÁRIA.	9

lotes. Eu não sei a quantidade de casas, porque eu não peguei as informações, mas a invasão de algumas áreas que já teriam sido definidas, especialmente, como áreas para equipamentos públicos... se invadidas essas áreas, toda a população de Vicente Pires seria prejudicada.

Conforme reunião na sala da Presidente Deputada Celina Leão hoje, nós precisamos – a Agefis, a própria diretora disse que é um conselho quem define essas ações envolvendo Secretaria de Segurança; são uns seis ou oito órgãos – saber exatamente, com mais informações, se a ação da Agefis está preservando 99% da população e está prejudicando menos de 1%. Ela mostrou os mapas onde em 14 de junho do ano passado essas casas não existiam. Sabemos que há uma cultura de que, mais ou menos no período de eleição, se invade e se constrói mais, porque se está em processo eleitoral e o governo não quer fazer essas ações para não haver um prejuízo eleitoral em cima dele. Ela mostrou mapas onde, em 14 de junho, Deputado Raimundo Ribeiro, não havia essas casas que passaram a aparecer agora, principalmente no período eleitoral.

Eu sei que é doloroso, e nem estou fazendo a defesa de derrubada. O próprio Deputado Chico Leite disse que poderia ter havido uma negociação para preservar a área de equipamentos públicos que foi invadida para não prejudicar toda a população que precisa da urbanização em Vicente Pires. Ao mesmo tempo, poderia se encontrar uma solução, por meio de outro espaço, para não deixar que as pessoas que fizeram aquele investimento – de qualquer forma, pelo que se viu, são investimentos em que as pessoas provavelmente dispenderam dinheiro de suas poupanças, de seus salários, de seus suores – fossem totalmente prejudicadas. Essas informações precisam vir a público exatamente para que possamos ter uma leitura real do que o governo está fazendo. Será se o governo está agindo em detrimento de oito, dez, quinze pessoas para preservar o conjunto de Vicente Pires? Ou foi feita uma operação abrupta, sem critérios, apenas para demonstrar força? Isso, nós precisamos saber. V.Exa., ao abordar esse assunto, dá oportunidade para que o governo traga de maneira analítica essas informações sobre o que está se fazendo e o que se fará para evitar essas invasões no Distrito Federal. Parabéns, Deputado Bispo Renato Andrade.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE – Eu gostaria de convidar a nossa nobre presidente da Agefis para ir comigo ao condomínio que foi derrubado na Ceilândia, Pôr do Sol e Sol Nascente. Eu gostaria de ir pessoalmente com ela e convidar a imprensa para ver o que estão fazendo no local, porque realmente houve a derrubada. Pode estar sendo feito na periferia. Isso é o que eu gostaria, Deputado, V.Exa. tem inteira razão. Não sou favorável, volto a repetir, a nenhuma invasão. Pelo contrário, até disse a ela, na reunião, que queremos é estar juntos. Agora, em vez de estarmos falando, estaríamos defendendo a ação da Agefis, porque aquilo foi comunicado e conversado com os que representam a população.

DEPUTADO DR. MICHEL – Permite-me V.Exa. um aparte?



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05   08   2015	18h	61ª SESSÃO ORDINÁRIA.	10

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO DR. MICHEL (PP. Sem revisão do orador.) – Eu queria dizer que realmente V.Exa. levanta aqui uma problemática que assola todo o Distrito Federal. Mas o que me deixa mais estarrecido, e aí eu concordo tanto com V.Exa. quanto com o Deputado Agaciel Maia, é a questão das derrubadas. Eu acho que em áreas que já estão consolidadas não se deve mexer.

Vejam vocês. Ela fala em 14 de julho. Mas mesmo sendo 14 de julho o marco, eu acho que a Agefis, ou os órgãos fiscalizadores, não podem deixar as edificações chegarem ao nível em que chegaram. Nós já tínhamos casas consolidadas. Poderiam até não estar habitadas, mas eram casas habitáveis que foram para o chão. Eu acho que o Estado tem de coibir, realmente, a grilagem de terras, as invasões, mas ele não pode ser omissor. No momento em que ele é omissor e, depois, quer desfazer – Deputado Bispo Renato Andrade, eu digo a V.Exa. –, o mal que se faz com aquela derrubada é muito maior do que com a permanência do *status quo* ali, inclusive no Direito – V.Exa. é um grande causídico, assim como é o Deputado Raimundo Ribeiro, a quem nós temos que reverenciar também como nosso advogado-geral da União e que foi delegado do patrimônio e fazia parte dessa coisa. No momento em que o Estado é inerte e a pessoa constrói, o Estado tem que ver qual é o maior benefício naquele momento. É trazer um trauma para aquela família? É trazer um prejuízo financeiro para aquela família ou mantê-los naquela situação, cobrando o que é devido para o Estado e não deixar que outras aconteçam? É só essa a minha indagação. O que não pode é ser omissor, deixar a coisa consolidar e depois vir o Estado e acabar com o sonho, como V.Exa. disse. O sonho dessas famílias, que é a moradia, vira um pesadelo.

Veja que a coisa é tão complexa que nós dissemos as mesmas coisas com palavras diferenciadas para chegarmos a um denominador comum: nós não podemos usar o Estado para massacrar o cidadão. Nós não podemos usar a força do Estado contra uma minoria – que diante de um Estado é fraca – para mostrar que as coisas são diferentes. A gente não precisa derrubar a casa para mostrar que é diferente. Nós podemos fazer uma saúde eficiente, nós podemos fazer uma segurança competente, nós podemos fazer uma educação de excelência. Nós temos dois professores aqui que sabem do que eu estou falando porque, a partir desse momento em que tivermos consolidadas essas três situações, o povo educado é um povo que não precisa da força do Estado para contê-lo.

Em vez de só derrubar e massacrar, eu dou outra sugestão também: que façamos o papel de educação. Assim como se gastam milhões e milhões em propaganda, que façamos uma propaganda educativa, mostrando para as pessoas que não se pode invadir, mostrando para as pessoas o que poderá acontecer. Principalmente, Deputado Bispo Renato Andrade, por onde V.Exa. anda, no Pôr do Sol, no Sol Nascente, no povo menos aquinhoado; aquele povo compra uma ilusão, e o Estado tem a obrigação de manter aquela ilusão deles, porque o Estado foi



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05   08   2015	18h	61ª SESSÃO ORDINÁRIA.	11

ineficiente. O Estado é inoperante diante dessa situação da moradia. Que ele faça uma propaganda educativa, que veicule nas televisões e nos rádios mostrando o que pode acontecer. Quantas famílias V.Exa. encontrou lá em que a pessoa disse: “Eu comprei pensando que era meu”. Nem sabiam, coitados! E aí? Será que é justo? Será que a bacia de contenção naquele local é mais importante que aquelas casas que ali estavam? Será que essa bacia não poderia estar em outro local? Será que aquelas casas não poderiam ser colocadas em outras localidades? Não estou falando de especulação imobiliária. Estou falando de pessoas, estou falando de vidas. Será que, no momento em que nós derrubamos uma casa dessas, nós não estamos contribuindo para o aumento do índice de criminalidade? Muita coisa está por trás disso aí e precisa ser vista.

Portanto, eu quero parabenizar V.Exa. por trazer esse discurso à baila aqui e deixar a minha solidariedade. Pode ter certeza de que não é só a minha, mas a dos 23 Deputados que aqui estão. Não solidários à invasão, mas ao povo do Distrito Federal, que não pode ser assolado nem massacrado, e o Estado não pode usar da sua força para conter aqueles que compram a ilusão. Ele tem que educá-los. Ele tem que ir lá negociar e conversar. E aí ficou a minha sugestão para que nós nesta Casa tivéssemos um grupo de Parlamentares que participasse dessa comissão e falasse dessas operações não para contê-las, mas para ajudar. Porque, mesmo nós estando na Oposição, Situação ou povão, nós estamos aqui é para contribuir com o governo, para que o governo dê certo. V.Exa. quer que Brasília dê certo. V.Exa. não quer ver Brasília jogada na lama, e nenhum de nós que aqui estamos. Nenhum! Oposição, Situação, o que quer que seja, quer uma Brasília melhor.

Eu agradeço o aparte. Deixo aqui a minha solidariedade com esse povo que teve as suas casas derrubadas. Acho que nós deveríamos fazer uma comissão até para acompanharmos – mesmo antes de estarmos na comissão deles – essa derrubada, irmos lá e ver como eles estão fazendo, se realmente não está havendo abuso de autoridade. O nosso causídico Deputado Raimundo Ribeiro, nosso grande Deputado sabe que a casa é asilo inviolável. Nela só se pode entrar em quatro situações: em flagrante delito, por ordem judicial, com aquiescência do dono ou para prestação de socorro. Acredito eu que nenhuma dessas quatro situações estavam presentes naquele momento dessa derrubada que estava acontecendo.

A pessoa não pode ser retirada de dentro de sua casa daquele jeito, não. Há controvérsia naquilo ali, viu! Policiais poderão responder por abuso de autoridade, por quê? Porque ordem absurda não se cumpre. Então, têm que tomar muito cuidado. Quem está dando as ordens, tome cuidado também.

V.Exa. sabe, porque é um causídico, que a casa é asilo inviolável, é constitucional. Como estão tirando as pessoas de dentro das casas, para derrubar? Baseados em quê? Há ordem judicial? Eu sei que há um homem lá, mas é ordem judicial? Eu sei disso, com certeza, macho.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05   08   2015	18h	61ª SESSÃO ORDINÁRIA.	12

Realmente, o Chico tem razão. Mas não tem problema, não. Tem macho, tem homem, mas tem que ter Deputado com aquilo roxo, para ir lá e não deixar derrubar.

Muito obrigado. Boa noite.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Obrigada, Deputado Dr. Michel. Concedo a palavra ao Deputado Raimundo Ribeiro para o aparte, e depois ao Deputado Ricardo Vale.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO (PSDB. Sem revisão do orador.) – Deputado Bispo Renato Andrade, eu pedi o aparte para me solidarizar com V.Exa. Aquelas imagens acerca da derrubada realmente são impactantes. É evidente que aqui ninguém é ingênuo a ponto de achar que não existem condutas criminosas atrás de todo esse problema. Todos nós sabemos que Brasília, durante certo tempo, era o paraíso dos grileiros, e esse não é um fenômeno apenas do Distrito Federal. Quando fui delegado do patrimônio da União, tive oportunidade de verificar gente que era dono de ilha no Brasil, que era dono das praias, essa coisa toda. Quer dizer, as terras públicas estão sempre à mercê de meliantes.

Não podemos ignorar outra coisa. Isso só acontece por uma razão muito simples: o Estado, através dos governos circunstanciais, torna-se omissor, Deputado Bispo Renato Andrade. Aqui em Brasília acontece isso. Em Brasília já chegamos a ter situações absurdas em que, além da omissão, pessoas encasteladas no Poder Executivo e no Poder Legislativo eram cúmplices na grilagem de terras. Realmente, é uma situação, eu diria, surreal.

Voltando àquela questão de Vicente Pires, eu quero dizer que a Agefis não pode ser demonizada, como está sendo. Primeiro, porque a Agefis não tem importância. Ela é uma mera executora, executa ordens de vários outros órgãos e do governo como um todo. Então, não é a questão da Dra. Bruna, nós não vamos fulanizar essa discussão. Deve ficar bem claro que o governo precisa ter sabedoria para resolver problemas, e um dos problemas é exatamente esse. Por exemplo, eu hoje questiono: colocou-se como marco o dia 14 de julho de 2014. Por que 14, e não 13 ou 15? Por que julho, e não agosto? Por que julho, e não junho? Esse é um critério que pode ser questionado. Segundo, quando se adotou um critério, admitiu, assentiu que as invasões anteriores poderão ser regularizadas? É isso? Essas coisas precisam ser muito bem conversadas.

O Deputado Dr. Michel colocou muito bem: esta Casa é composta de 24 Parlamentares. Cada um traz consigo uma carga de experiências, traz o pensamento, em tese, do seu eleitor. Essas pessoas podem contribuir muito, por isso é necessário, às vezes, o intercâmbio. Por isso há necessidade de que os poderes se comuniquem. Vou citar um exemplo. O Deputado Wellington Luiz foi secretário de regularização de condomínios, se não me engano. V.Exa. foi Secretário do Entorno, certamente lidou com problemas dessa natureza.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05   08   2015	18h	61ª SESSÃO ORDINÁRIA.	13

A gente precisa ter um pouco de humildade e dizer o seguinte: como eu ainda não sei tudo – estou dizendo o raciocínio de lá –, vou perguntar, de repente, a alguém que saiba. Então, poderia chegar aqui e perguntar ao Deputado Bispo Renato Andrade, ao Deputado Wellington Luiz, a outras pessoas que têm conhecimento nessa área e, com isso, talvez nós evitássemos ter que enfrentar problemas que não precisaríamos ter.

Deputado Bispo Renato Andrade, eu quero me somar a V.Exa. na indignação com relação à forma como essas coisas estão acontecendo no Distrito Federal. Faço questão de fazer um reparo às críticas que são eventualmente imputadas à Dra. Bruna. Acho que ela, à frente da Agefis, tem assumido uma culpa que não é dela. Ela não está agindo apenas porque passou a noite em claro, ficou chateada e no dia seguinte foi lá. Não. Alguém está fazendo com que essas coisas aconteçam. Por quê? Porque a Agefis é um mero executor de ordens.

Quero lamentar e pedir. Acho que a gente contribui muito com o governo quando pede ao governo, quando sugere ao governo, ouve mais e fala menos. Até a natureza, o corpo humano nos ensina. Dizem que a gente tem dois ouvidos e só uma boca para ouvir o dobro do que fala. Então, talvez essa experiência que foi altamente prejudicial para algumas famílias possa, pelo menos, servir de exemplo para que essas coisas não voltem a acontecer e essas imagens não continuem nas nossas vistas.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE – Como diz V.Exa., a minha limitação é grande. Se a Bruna não tem culpa, ela vem aqui se justificar do quê mesmo? Mais: não estou fazendo com que a Agefis como instituição... Longe disso! Tenho grandes amigos na Agefis: Pádua, Patrícia, Valter. Poderia citar o nome deles, um punhado deles, cem, duzentos, trezentos amigos na Agefis. Não estou falando mal de uma instituição que eu acho importante, é nesse sentido, nem estou aqui culpando a Bruna. Ela que veio aqui se justificar. Então, não deveria ter vindo.

DEPUTADO RICARDO VALE – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO RICARDO VALE (PT. Sem revisão do orador.) – Deputado Bispo Renato Andrade, quero parabenizar V.Exa. por essa intervenção. Estou muito preocupado não só com a Agefis, mas com outros órgãos do Governo do Distrito Federal que se apegam apenas a questões técnicas. O Estado infelizmente é muito omissivo, demora a agir e se esquece da questão social. O que importa é o seguinte: descumpriram a lei, o grileiro vendeu o terreno, o cara foi lá e construiu uma casa. Enfim, ele errou. Derruba-se, dane-se. Geralmente algumas famílias gastam todo o seu recurso ali naquela construção, anos e anos de trabalho. Derruba-se e acabou. Ninguém se preocupa com o lado social, ninguém se preocupa para onde vão essas famílias.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05   08   2015	18h	61ª SESSÃO ORDINÁRIA.	14

Parece que a Agefis não tem um planejamento, não age de modo uniforme. Ela age de forma pontual. Não vai à orla do Lago derrubar aquelas invasões, mas ela vai a Jerusalém, solta os cachorros em cima de todo mundo, machuca um monte de gente pobre, humilde, que foi para lá porque não tem para onde correr. E foi agora a Vicente Pires derrubar sessenta casas. A gente sabe que ninguém constrói sessenta casas em seis dias. Ouvi da imprensa que foram sessenta casas. Ninguém constrói sessenta casas em um mês, dois, três, quatro meses. São necessários, talvez, sei lá, no mínimo, seis meses, sete meses para construir sessenta casas. Onde estava a Agefis? Onde estavam os órgãos de fiscalização, o que estavam fazendo?

A Agefis, hoje, parece que é um órgão simplesmente de demolição: “Vamos lá, vamos demolir ali, derrubar ali, quebrar ali”. Aliás, parece que estão licitando uma empresa, parece que estão contratando uma empresa especialista em bomba, para sair explodindo tudo que é construção irregular nessa cidade.

Não vai ficar nada, porque o Distrito Federal todinho está irregular. O Governo do Distrito Federal, que já poderia ter encaminhado a esta Casa a Lei de Uso e Ocupação do Solo – LUOS, para que pudéssemos tentar resolver uma série de questões do ponto de vista dessas áreas todas aqui no Distrito Federal, não encaminha. Diz que vai mandar só no ano que vem. Enquanto isso, a Agefis está contratando empresa para sair demolindo tudo, derrubando tudo, explodindo tudo. Eu não sei aonde é que vamos parar, não.

Portanto, quero cumprimentar V.Exa., Deputado Bispo Renato Andrade, porque nós, Deputados, também temos que ver o lado social, o lado humano. Eu estava vendo essa Bruna falar lá dentro para os Deputados: ela é tecnicista. Tudo o que fala é com a lei embaixo do braço, com os projetos. Em momento algum a mulher fala do lado humano, das famílias, das crianças.

Eu quero cumprimentar V.Exa. Nós temos que nos preocupar com o lado social também e com o lado dessas famílias que precisam ter um lar, precisam sobreviver como todos nós.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Eu só gostaria de pedir ao Deputado Bispo Renato Andrade o seguinte: Deputado Bispo Renato Andrade, o pronunciamento de V.Exa. já passa de 23 minutos. Então, para que os outros Deputados falem, solicito que conclua o seu pronunciamento.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE – Deputado Ricardo Vale, agradeço o aparte de V.Exa.

A bem da verdade, Sra. Presidente, eu falei apenas três minutos. Nos outros vinte minutos, foram os Deputados que falaram, mas atendendo a V.Exa., já que sou um homem que aprendi a ouvir as mulheres, mesmo porque minha mãe, minha esposa, todo mundo manda em mim – e a senhora também não é diferente –, eu gostaria de fazer o pronunciamento sobre o que eu vou falar agora, na semana que vem, na terça-feira. Vou falar sobre a licença-prêmio.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05   08   2015	18h	61ª SESSÃO ORDINÁRIA.	15

Em 21 de fevereiro, no pronunciamento que fiz nesta Casa, afirmei que iam extinguir o pagamento em pecúnia da licença-prêmio por assiduidade. Em 22 de fevereiro houve outro pronunciamento. No dia 15, o Sr. Marcos Dantas e o Sr. Hélio Doyle disseram que não, que não é verdade, o Deputado está mentindo.

Agora, dia 17 de junho de 2015, está aqui: suspenderam o pagamento em pecúnia da licença-prêmio por assiduidade até o fim do exercício de 2015, a contar da data dessa resolução colegiada. Quem estava com a verdade? Parece que além de ser o governo do caos, o governo que rouba os sonhos, que rouba o sonho da educação, o sonho dos empresários, que estão indo embora porque não têm incentivos, este governo é também o governo do servidor público desvalorizado.

Aí eu pergunto ao Deputado Ricardo Vale: aonde nós vamos chegar, porque este governo também virou o governo da mentira.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Muito obrigada, Deputado Bispo Renato Andrade.

Concedo a palavra ao Deputado Wellington Luiz. (Pausa.)

Concedo a palavra Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, estamos retornando agora neste segundo semestre, creio que com uma pauta cheia. Problemas sérios estão aí para que nós possamos resolver no Distrito Federal ou colaborar nas resoluções.

Há a questão da habitação, do transporte. No que diz respeito ao transporte, estamos vendo essa verdadeira guerra entre o Uber e os taxistas. Nessa questão, o governo precisa colocar ordem e fazer com que a lei seja cumprida, porque o Uber não está amparado por nenhuma lei. Eu pensei que agora, no segundo semestre, o Governador Rollemberg ia parar de choramingar, ia parar de dizer que não tem recurso.

Na verdade, todos os estados brasileiros estão com dificuldade de caixa. No próprio Estado de Pernambuco – eu estive lá e vi – o governador, que é do Partido do Governador Rollemberg, o PSB – e está lá há 16 anos –, parcelou o décimo terceiro dos servidores. A situação da saúde no Estado de Pernambuco – quem quiser pode conferir no noticiário de televisão –, Deputado Chico Leite, parece que é a mesma daqui.

Enquanto o Governador fica dizendo que não tem dinheiro, eu volto aqui para dizer que tem. Eu sempre vou ao SIGGO – Sistema Integrado de Gestão Governamental –, órgão que existe para me informar e informar aos Deputados. Cada Deputado aqui tem a senha do SIGGO. E exatamente hoje há nos cofres do Governo do Distrito Federal R\$2.380.042.478,92 (dois bilhões, trezentos e oitenta milhões, quarenta e dois mil, quatrocentos e setenta e oito reais e noventa e dois



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05   08   2015	18h	61ª SESSÃO ORDINÁRIA.	16

centavos). Isso é o que tem hoje, segundo o SIGGO: dois bilhões, trezentos e oitenta milhões.

Deputado Joe Valle, temos uma situação melhor ainda. Está consolidado aí no *Diário Oficial* o balancete de seis meses do que o governo arrecadou e do que o governo gastou. O governo arrecadou mais de treze bilhões de reais e gastou, com pessoal e com tudo que precisava gastar, cerca de onze bilhões de reais. Portanto, sobrou mais de um bilhão e quinhentos milhões. Estou falando do que foi arrecadado e do que foi gasto.

Está na hora de o Governador Rollemberg parar de assombrar o Distrito Federal, porque isso só tem gerado insegurança, só tem gerado desânimo na população, especialmente nos comerciantes, na indústria. O emprego está caindo, as obras pararam, os servidores não estão comprando, porque está todo mundo aterrorizado.

Ainda agora eu dizia na reunião de Líderes, e estava lá um grupo grande de Deputados: eu fico imaginando a capacidade de cometer estupidez dessa turma do Governador Rollemberg. Essa história de não pagar a licença-prêmio dos servidores – eu disse e vou repetir aqui – é fazer economia de palito em festa de caviar. Tiram os palitos, mas o caviar continua. Ainda bem que a Justiça repôs a seriedade e, mais uma vez, o Governador perdeu. A Justiça mandou pagar porque é lei. Eles precisam entender que existe lei no Distrito Federal. Eles não podem fazer as coisas por ofício. É fácil descumprir uma lei e mandar uma circular ou um ofício dizendo que não vai pagar. Perdeu de novo na Justiça. Vai ter que pagar. É igual ao parcelamento de salário, Deputado Chico Leite, que disseram que não tinham como pagar e pagaram. E nós provamos que eles podiam pagar.

Dito isso, eu quero abordar um segundo ponto: a questão do Programa Mais Médicos, tão combatido neste país. Eu tenho aqui um resumo. Em dois anos, o Programa Mais Médicos, implantado pelo Governo da Presidenta Dilma, atendeu 4.058 municípios, o que representa uma abrangência de 72% dos municípios. Atualmente são 18.040 médicos contratados pelo Mais Médicos, que garante o atendimento de saúde a mais de 63 milhões de brasileiros. Um grupo da Universidade Federal de Minas Gerais pesquisou, buscando uma nota entre 1 e 10. Nove foi a nota dada. Portanto, quase 10. Esse ano mais de 91 mil pacientes em todo o País não vão precisar ser internados.

Àqueles que combatiam os cubanos, que atacavam o programa, é bom que se diga também, Deputada Luzia de Paula, que 90% dos médicos do Mais Médicos são brasileiros, mas os cubanos atendem muito bem a população, de maneira carinhosa. Eu vejo que lá, numa cidadezinha do Maranhão, chamada Santa Luzia do Paruá, onde praticamente ninguém queria trabalhar, os cubanos foram. Vocês precisam ver a beleza do atendimento, o quanto aquela população está satisfeita. Aqui mesmo na periferia do Distrito Federal, lá no Sol Nascente, o programa atua,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05   08   2015	18h	61ª SESSÃO ORDINÁRIA.	17

tem cubano trabalhando lá. Na área rural do Distrito Federal, ali no Gama, tem Mais Médicos e tem cubanos trabalhando, aliás, cubanas. Precisam ver a dedicação deles.

Hoje ninguém mais fala do Mais Médicos. Aqueles que eram contra, que combatiam, que batiam, que espumavam contra o Mais Médicos tiveram que se render à realidade deste programa fantástico que é o Mais Médicos, que se soma a outros, como o Samu, um programa criado pelo governo do Presidente Lula. Tem algo mais eficiente e melhor que o Samu? Estou ressaltando as coisas boas, positivas e que merecem comemoração feitas pelos governos do Presidente Lula e da Presidenta Dilma. São coisas do PT para o Brasil.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra ao Deputado Agaciel Maia. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Julio Cesar. (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Luzia de Paula. (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Liliane Roriz. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Prof. Israel Batista.

DEPUTADO PROF. ISRAEL (BLOCO SUSTENTABILIDADE, TRABALHISMO E SOLIDARIEDADE. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho falar de um tema que está prestes a ser definitivamente decidido. Realizamos, nesta Casa, no final do semestre passado, uma polêmica votação que proibiu a utilização do aplicativo Uber por usuários de carros alugados em Brasília. Foi uma decisão muito polêmica. Acabei votando contra essa proibição do uso do Uber.

Amanhã é um grande dia para a nossa cidade. Amanhã é o dia em que o Governador Rodrigo Rollemberg terá de tomar a decisão de vetar ou sancionar a Lei nº 282, de 2015. Caso S.Exa. sancione, o aplicativo Uber estará banido do Distrito Federal. Essa é uma discussão muito maior do que imaginamos. Estamos falando de interesses que, neste momento, divergem. Amanhã, o Governador Rodrigo Rollemberg terá a oportunidade de se mostrar um governante diferente de outros governantes deste país, um governante que pode escolher o lado do consumidor, o lado da sociedade e não o lado de uma categoria, que é o que vem acontecendo na história dos 500 anos do Brasil.

Sabemos que, no nosso país e em outros países do mundo, categorias pequenas, mas extremamente organizadas, conseguem manter seus espaços e privilégios à custa da sociedade, ao custo do que é realmente bom para as pessoas, e o nosso país está repleto de situações como essa. Várias cidades brasileiras já proibiram o Uber, várias cidades brasileiras já optaram pelo benefício à categoria organizada. Vários governadores e vários prefeitos optaram pela categoria e não pela



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05   08   2015	18h	61ª SESSÃO ORDINÁRIA.	18

sociedade. No dia em que esta Casa votou pela proibição do Uber, houve um clamor da sociedade. A sociedade disse: "Nós não estamos satisfeitos com o serviço de transporte que nos é prestado." O governo deve representar o interesse da sociedade sobre qualquer outro interesse.

Nós sabemos que, com o surgimento do WhatsApp, as empresas de telefonia foram profundamente prejudicadas, o número de ligações caiu vertiginosamente, o número de mensagens de SMS basicamente despencou. Mas, mesmo assim, nós não pudemos ficar contra o WhatsApp.

Agora nós temos um momento que vai diferenciar a Capital da República das outras cidades que seguem a trajetória histórica deste País de beneficiar poucos em detrimento de muitos, Sra. Presidente.

Por isso, hoje, eu enviei ao Governador Rodrigo Rollemberg uma carta aberta em que eu digo a S.Exa. a oportunidade histórica de se diferenciar da trajetória tradicional deste País de esquecer o desejo e o benefício da nossa sociedade brasileira, tão sofrida, sempre em prol dos grupos mais organizados, que chegam mais perto do poder graças a essa organização.

O que está em jogo, Sra. Presidente, com a decisão do Governador Rodrigo Rollemberg de amanhã, é se S.Exa. vai optar pela tradição de beneficiar os pequenos grupos organizados ou se o Exmo. Sr. Governador vai mostrar-se diferente e vai colocar Brasília na dianteira deste País, iniciando uma nova onda de decisões progressistas que levem este País à mudança.

As argumentações contra o Uber são da pior espécie. Alega-se que o Uber não paga impostos. É porque o Uber faz parte da economia criativa, que é tão rápida e tão dinâmica que a nossa velha burocracia não consegue acompanhar. Essa é a verdade. Por um veículo de 100 mil reais, o motorista do Uber pagará 100 mil reais, e o motorista de taxi pagará 74 mil reais. Quem é que não paga impostos, Deputado Joe Valle?

Eu não vou enumerar outros impostos, porque, quando tentei fazê-lo em outros debates, fui impedido pela agressividade que marca o comportamento dos donos de poderes setoriais neste nosso País. Não pude falar. Eu quero dizer a esta Casa que todos aqui sabem que o processo de votação foi um processo corrido, mas nós ainda temos condições de fazer essa mudança histórica. A Capital da República nasceu para ser exemplo para as demais cidades brasileiras, e o Governador Rodrigo Rollemberg tem a oportunidade de dar esse exemplo, sendo o único Chefe de Executivo a permitir a utilização do Uber, a permitir as consequências disso, que, para mim, serão todas benéficas.

Há um debate importante e, nesse debate, eu acredito que todos nós devamos nos colocar ao lado do consumidor, ao lado do cidadão e devamos reconhecer, especialmente pelos discursos que me antecederam nesta tribuna, que infelizmente o poder de regulamentação do nosso Estado brasileiro é muito limitado,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05   08   2015	18h	61ª SESSÃO ORDINÁRIA.	19

que a burocracia é um câncer que nos tem corroído e que, enquanto isso, outros países têm investido em economia criativa e têm crescido muito. Nós não conseguimos crescer, porque a economia criativa depende basicamente de ideias, de velocidade e, percebendo o tempo que o nosso País gasta para regulamentar qualquer coisa, nós sempre estaremos atrás, sempre iremos a reboque das nações mais desenvolvidas.

Nós não conseguimos, Deputado Raimundo Ribeiro, nem mesmo fiscalizar as áreas públicas que estão ali no meio de Vicente Pires. Nós não conseguimos fazer isso. Nós não conseguimos regulamentar nem mesmo o comércio da nossa cidade. Até bem pouco tempo atrás, o Palácio do Planalto não tinha alvará de funcionamento. E a gente alega que o serviço precisa ser organizado pelo Estado.

Acredito que o Uber precisa ser regulamentado. Acredito na livre concorrência. Acredito no direito de escolha dos cidadãos. E acredito que o progresso econômico e social deste país só se dará quando permitirmos que as pessoas sejam desafiadas a oferecerem um serviço de melhor qualidade e de menor preço.

É isso o que tenho a dizer, Sra. Presidente.

Quero solicitar ao Governador Rodrigo Rollemberg que não perca a oportunidade de fazer a diferença amanhã, fazendo diferente de todos os outros gestores do Poder Executivo, que optaram por manter velhos privilégios que a nossa sociedade brasileira teima em manter.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Dando continuidade aos trabalhos, passa-se aos

Comunicados de Parlamentares.

Concedo a palavra ao Deputado Raimundo Ribeiro.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO (PSDB. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, demais presentes, boa noite.

A nossa participação, neste momento, é para tratar de dois temas bastante atuais. E que sirva também de alerta.

O primeiro é com relação à notícia que recebemos de vários professores, inclusive de professores aposentados, que estão impedidos de receber o valor correspondente à licença-prêmio. Aliás, um assunto que foi debatido por ocasião da reunião do Colégio de Líderes.

O alerta a que me refiro é o seguinte: quando o Governo formaliza, por intermédio de uma câmara, se não me engano – não sei bem – de governo, que



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05   08   2015	18h	61ª SESSÃO ORDINÁRIA.	20

estão suspensos os pagamentos durante todo o ano de 2015, isso é a confissão de um crime. Um crime de apropriação.

Então, o cometimento de uma ilegalidade não pode ser colocado dessa forma como o governo... Não sei exatamente com base em que essa câmara de governança o fez, mas é uma situação que realmente beira o absurdo. Quer dizer, quando você oficia, quando você formaliza, você está até fundamentando que é pela dificuldade financeira. Então, está bom! Eu vou dar uma passadinha ali nesses cartões Visa que usamos – eu uso aquele tal de Visa – e dizer: olha, meu compadre, estou em dificuldade financeira e, até o final do ano, não vou mais lhe pagar.

(Intervenção fora do microfone.)

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Pois é! Vou ser inscrito no Serasa. E quem vai colocar o governo no Serasa? É necessário que a gente bote! Até porque nenhum eleitor dá aos governantes circunstanciais o direito de ser caloteiro.

Nessa briga, eu sempre me refiro também à questão dos precatórios, Deputado Chico Vigilante. Precatório é uma safadeza que foi criada para encobrir a picaretagem de governo. Mesmo depois de o sujeito passar a vida inteira em uma *via crucis*, querendo que o Judiciário reconheça o seu direito, o governo ainda se dá ao luxo de não pagar. Quer dizer, torna inócua uma decisão judicial. E aí cria uma série de situações. Por exemplo, o mercado paralelo dos precatórios, que é o deságio. Tem precatório de uma secretaria que vale mais que o da outra. Quer dizer, são situações absurdas que vão sendo geradas em função de quê? Em função principalmente de uma má conduta do governo.

Então, o primeiro ponto, Sra. Presidente, é a gente alertar o governo de que, quando essa câmara de governança oficia que está passando dificuldades financeiras e, por isso, não vai pagar seus débitos, ela está indo muito além de uma infringência ao texto legal. Está cometendo um delito.

O segundo ponto é um esclarecimento. Acompanhamos em Brasília – e não pode ser diferente, porque Brasília realmente é a caixa de ressonância maior do território – essa questão do reajuste de salários dos servidores do Poder Judiciário. Ouvi muito e li muito. As pessoas, principalmente analisando de um modo superficial, diziam e criticavam que os servidores do Judiciário estavam tendo aumentos absurdos, que chegavam a 76%, e parece que a Presidente Dilma acreditou nessa bobagem. Tanto acreditou que vetou o projeto.

Em primeiro lugar, não se trata de aumento salarial. Trata-se de recomposição de perdas, que já surge tardiamente e que já foi feita para os servidores do Executivo e para os servidores do Legislativo.

Em segundo lugar, diz-se que o reajuste seria de 76%, mas não é verdade. Acho que, até para se discutir, é necessário que você parta de uma base verdadeira. A discussão é a seguinte: existe realmente a previsão de um reajuste de 76% para



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05   08   2015	18h	61ª SESSÃO ORDINÁRIA.	21

seis servidores que integram uma carreira em extinção, que não terá sucessão. Mas, ou a Presidente Dilma vetou a lei que foi aprovada por desconhecimento – e aí é extremamente condenável, porque ela tem órgãos jurídicos para assessorá-la –, ou o fez por má-fé. Prefiro acreditar que não tenha sido nenhuma dessas duas alternativas.

Eu gostaria muito que o Congresso Nacional pudesse, efetivamente, manter o seu desejo de fazer com que os servidores do Judiciário tenham o reajuste, a recomposição que é merecida pela categoria.

Obrigado, Sra. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Dando continuidade aos Comunicados de Parlamentares, concedo a palavra ao Deputado Prof. Reginaldo Veras. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, Deputada Luzia de Paula e demais Deputados que permanecem em plenário, eu estava ouvindo o discurso do Deputado Prof. Israel e pensando no seguinte: não conheço uma vida mais dura que a vida de taxista. Na verdade, esses profissionais estão morando praticamente no carro. Trata-se de profissionais que são constantemente assaltados e roubados.

A maioria passa por outro modo de assalto, Deputado Joe Valle: há os que alugam carro para trabalhar. Ele já sai de casa devendo, muitas vezes, R\$ 200,00 (duzentos reais), R\$ 300,00 (trezentos reais). Portanto, estão em uma situação realmente difícil. Até porque, à medida que as pessoas foram melhorando de vida, foram comprando seus carros e tudo, a atividade de taxista ficou mais penosa ainda.

Aí um elemento lá nos Estados Unidos teve a bela ideia de criar o tal do Uber. Ninguém sabe quem é, nunca viu e não se paga imposto.

Esses profissionais do Uber estão sendo ludibriados também. São pessoas que, muitas vezes, Deputado Ricardo Vale, foram demitidas, pegaram a rescisão contratual, compraram um carro novo, preto e botaram nesse negócio. Como não há regulamentação nenhuma, daqui a dois anos, três anos, quando estiver velho, o carro não vai mais poder operar porque eles exigem que seja novo, e aí outros incautos vão entrar também.

Por isso precisa ser regulamentado, Deputado. Nós temos um Plano Diretor de Transporte, e há uma lei dos taxistas que foi votada nesta Casa. Foi mais de um ano de debate para chegar a um entendimento, mais de um ano de debate para chegar a um entendimento! Eu pergunto: será que os governantes da França estão errados por terem atendido o clamor dos taxistas da França? Será que os governantes dos Estados Unidos, que também estão dando um jeito de barrar isso, mesmo sendo uma criação deles, estão errados? Buenos Aires? Fui a Buenos Aires



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05   08   2015	18h	61ª SESSÃO ORDINÁRIA.	22

uma vez, e é povoada de táxis, aqueles táxis amarelos, bem amarelos mesmo, com listras pretas.

E mais: os taxistas não se negam a entrar na questão do Uber, eles querem participar também. V.Exa. não disse, mas eu já vi alguns articulistas dizendo: “Ah, porque os taxistas são mal educados”. Não são, não são! Muitas vezes, a gente não pergunta à pessoa a situação dela. Imagina um cara que começa o dia já devendo trezentos reais, você quer que ele esteja de bom humor? Outro dia, um taxista me disse: “Chico, quando pago os trezentos e como um PF, foi embora a feira do dia, não tem nem como levar comida para os meus filhos.” Aí tem que ficar na pedra, esse é o nome que eles dão. E, com essa concorrência desleal e ilegal, vai ficar pior para eles.

Portanto, eu acho que o Governo do Distrito Federal, em vez de liberar Uber, tem que liberar licitações para que haja mais linhas, para que mais carros entrem no mercado. Aqui a gente tem uma boa legislação, que exige carros novos, e dificilmente você vai encontrar um marginal nessa área de taxista. Não estou dizendo que o Uber tem marginal, mas ninguém sabe quem são as pessoas, ninguém sabe. Há profissionais, pessoas decentes, mas quem está comprando carro e os escravizando também sem carteira assinada, sem nada? Não há nenhuma legislação que os regule.

Então, Deputado Prof. Israel, eu não acredito em um Estado sem lei, eu não acredito em um Estado sem regulamentação. Eu vejo aqui o Deputado Rafael Prudente, que é do setor empresarial. V.Exa. já imaginou se amanhã alguém cria um aplicativo para montar empresas de segurança ou de limpeza virtual e vai fazer limpeza onde quer que seja sem pagar imposto? Isso não pode. Para taxista, também não pode. Se o Uber quer disputar com os taxistas, que venha para a legalidade, que participe de uma legislação que existe no Distrito Federal. Se a Câmara Legislativa acha que está errado, que revogue a licitação. Enquanto isso não for legalizado, não tem como eles funcionarem.

Esse projeto do Deputado Rodrigo Delmasso é absolutamente desnecessário, Deputado Joe Valle. Nós votamos a favor dele, mas não precisa dessa lei, não precisa proibir o Uber porque ele já é proibido pela legislação vigente. Se alguém quiser que o Uber funcione, que revogue a legislação vigente. É uma lei federal; que criem uma nova lei. Enquanto não criam, são ilegais no Brasil inteiro. Portanto, o Governador Rollemberg vetar ou deixar de vetar esse projeto não altera nada, ele tem que cumprir a lei, governante é eleito para cumprir a lei, o Secretário de Mobilidade Urbana tem que cumprir a lei, tem que colocar a polícia, os órgãos de fiscalização do trânsito para coibir isso.

A discussão sobre a questão dos taxistas é outra, se vai lhes dar aula, é outra discussão. Não se trata disso. Trata-se de uma legislação que existe e que tem que ser cumprida. É isso que o Governo do Distrito Federal tem que fazer. Fora do



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05   08   2015	18h	61ª SESSÃO ORDINÁRIA.	23

cumprimento da lei, é barbárie, e nós não queremos um Estado bárbaro nem no Distrito Federal, nem no Brasil em canto algum, porque a gente já demonstrou o Taliban como é.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, eu vou esperar minha chamada, mas eu apenas gostaria de registrar aqui uma nota que a bancada do Partido dos Trabalhadores está soltando no dia de hoje e que foi alvo, inclusive, de um requerimento aprovado na Comissão de Educação, Saúde e Cultura.

O Governador Rollemberg após 42 vetos ao Plano Distrital de Educação; desses 42 vetos, 12 foram a emendas apresentadas pelos Deputados e 30 a dispositivos que vieram no texto original do próprio projeto. Eu não consigo entender, de sua consciência, já que são proposições que avançam a educação, justificam o fato de ter-se um plano para 10 anos para a educação, que o próprio Governador, que originalmente encaminhou proposições de vanguarda e de avanço na nossa educação, recue nesse momento. Isso, naturalmente, representa um retrocesso. Aquilo que era esperançoso para nós, muitos desses avanços previstos estão sendo retirados.

Demonstra uma absoluta falta de consciência do que assina, e isso é lamentável, porque o Governador já foi Deputado Distrital, já foi Deputado Federal, já foi Senador, não é um neófito na política. Então, o prejuízo para a sociedade, principalmente àqueles que acreditam na educação pública e recebem uma decisão dessa envergadura.

A comissão vai discutir, vai aprofundar, mas eu alerto ao Governo que isso deixa a imagem dele extremamente abalada, porque falar de educação, retirar avanços que ele mesmo havia proposto é desfigurar o próprio projeto político que ele pretende para a Capital da República.

Portanto, eu quero deplorar essas retiradas de conquistas e avanços que foram tão festejados por todos nós nesse debate do Plano Distrital de Educação. É lamentável que isso tenha ocorrido.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Concedo a palavra ao Deputado Ricardo Vale.

DEPUTADO RICARDO VALE (PT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu estou vendo aqui no *site* do *Correio Braziliense* que a Justiça acaba de determinar, através de uma liminar, que o GDF pague as licenças-prêmio dos servidores públicos do Distrito Federal. O Tribunal



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05   08   2015	18h	61ª SESSÃO ORDINÁRIA.	24

de Justiça acaba de alegar que essa medida é ilegal, portanto, uma conquista importante para os trabalhadores do Distrito Federal.

Mas eu queria dizer que hoje, na reunião do Colégio de Líderes com os Deputados, eu já sentia, através dos olhares e dos comentários de todos os Deputados, que a Câmara, que nós iríamos trabalhar para impedir que isso ocorresse, que esses direitos conquistados fossem retirados aqui no Distrito Federal.

Tenho percebido – a gente está retornando agora do recesso – como esta Casa trabalhou, durante o primeiro semestre, na defesa da classe trabalhadora do Distrito Federal, no sentido de impedir várias retiradas de conquistas e tentativas de parcelar salários – uma série de ações que o Governo do Distrito Federal tem feito para tentar penalizar os trabalhadores. É impressionante como chegam projetos aqui de aumento de impostos. Enfim, foi uma série de ações em que a Câmara teve um papel fundamental no sentido de manter a qualidade de vida da nossa população.

Então, fico assustado quando pego o *Jornal de Brasília* de hoje e vejo que quase 69% da população do Distrito Federal desaprovam a atuação da Câmara Legislativa até o momento. Ora, nós estamos trabalhando tanto, são tantas iniciativas extremamente positivas, tantas audiências públicas! Naquele processo em que o governo tentou acabar com algumas administrações regionais, nós trabalhamos para impedir que isso acontecesse. Mas parece que a população do Distrito Federal não reconhece o trabalho que é feito aqui. Então, a gente lamenta.

A gente sabe que vive uma conjuntura política extremamente difícil no Brasil e no Distrito Federal. Muitas vezes um Deputado ou algum agente público erra, e todo mundo acaba pagando por isso. E esta Casa, evidentemente, acaba sendo vítima.

Mas quero testemunhar aqui o que vi, o que presenciei, não só em ações que eu fiz, mas que muitos Deputados daqui fizeram. A gente vê pouca cobertura positiva, pela imprensa, das ações que esta Casa faz. Esta Casa, Sra. Presidente, tem ido a todas as cidades do Distrito Federal para ouvir a população, para debater. Nós trabalhamos muito, muito mesmo, para que a população reconheça. Na verdade, o nosso papel, a nossa obrigação é trabalhar pela melhoria da qualidade de vida do povo do Distrito Federal.

Mas também há um dado positivo aqui na pesquisa: 75% da população acham extremamente importante o papel que a Câmara Legislativa tem como fiscalizadora do governo, o papel importante que ela tem para a democracia – o povo nos elegeu para representar aqui a nossa sociedade. Então, a pesquisa não é de todo ruim.

No entanto, nesses seis meses em que estou como Deputado, percebo que a população do Distrito Federal entende muito pouco ainda dos Poderes, de quais são as atribuições de um Poder e de outro. Então, muitas vezes sou abordado nas ruas e o cara fala: “Poxa, e aquele buraco lá no asfalto? O carro caiu lá”. Falam da situação



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05   08   2015	18h	61ª SESSÃO ORDINÁRIA.	25

da saúde, dos hospitais. A gente já discutiu isso aqui hoje: a saúde está completamente precária. Falam da própria educação, das escolas caindo aos pedaços. E eles acham que tudo isso, que essas ações cuja responsabilidade maior é do Executivo são nossas. Essas pessoas acham que tudo é culpa dos Deputados.

Nós temos um governo no Distrito Federal que foi eleito com a obrigação, com o compromisso e com a promessa de resolver problemas estruturais, seja o buraco no asfalto, seja a situação da saúde, seja a situação da educação, seja o transporte público, e muitas vezes a população acha que é papel da Câmara Legislativa resolver essas coisas. É papel da Câmara Legislativa fiscalizar e cobrar as promessas do governo. É papel dos Deputados, inclusive, propor emendas e denunciar, fiscalizar essas ações do governo, mas a gente percebe que a população faz um pouco de confusão.

O que me preocupa é que muitas vezes o próprio governo, que é o culpado principal pela falta de inércia do Estado, acaba jogando para cima da Câmara a responsabilidade que é dele. Várias vezes! E agora o governo anda falando assim: “Se a Câmara não fizer, se a Câmara não aumentar o imposto, se a Câmara não aprovar o aumento do IPTU, do IPVA, vai faltar isso, vai faltar aquilo”. Então, a culpa fica sempre para a Casa.

DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE – Permite-me V.Exa. um aparte?

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Deputado Rafael Prudente, é preciso esperar o Deputado Ricardo Vale terminar o seu pronunciamento, porque estamos nos Comunicados de Parlamentares e não se pode apartear. Assim que ele terminar, eu concedo a palavra a V.Exa.

Peço agilidade ao Deputado Ricardo Vale.

DEPUTADO RICARDO VALE – Só para concluir, eu digo que cabe a esta Casa dar uma resposta à sociedade. Cabe a esta Casa melhorar a comunicação com a sociedade, porque o governo, muitas vezes, acaba jogando para cima da Câmara uma responsabilidade que é dele.

Agora está vindo aí mais um pacote, mais uma tentativa de aumentar impostos, de jogar toda essa carga, toda essa crise para cima da nossa população. Querem obrigar que a população retire do bolso o dinheiro, que já está muito curto, para resolver problemas estruturais aqui do Distrito Federal. Se a gente aprovar esses pacotes, evidentemente os atuais 69% de desaprovação vão passar para 70%, 80%. Então, é preciso que nós tenhamos cuidado com as armadilhas e com a responsabilidade que nós temos. Em vez de prejudicar a população, nós temos que melhorar as condições de vida do povo do Distrito Federal.

Era isso, Sra. Presidente, muito obrigado.

(Assume a Presidência a Deputada Luzia de Paula.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05   08   2015	18h	61ª SESSÃO ORDINÁRIA.	26

DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA LUZIA DE PAULA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, eu achei muito importante o Deputado Ricardo Vale colocar a questão dessa pesquisa. Num primeiro momento dessa avaliação, vê-se que 70% desaprovam a Câmara Legislativa. Mas, se formos analisá-la, ler a matéria até o final, nós podemos ver também que 75% acham muito importante o funcionamento desta Casa. Há pouco tempo era noticiado em vários jornais que se defendia que esta Casa fosse fechada. Hoje vemos o papel tão importante que esta Casa tem para a população – 75% acham muito importante. Também se fala que o caminho que esperam de nós é a fiscalização incansável do governo e a economia nas despesas.

No meu entendimento, Sra. Presidente, a população está percebendo que o governo não está dando o retorno esperado. Se analisarmos essa pesquisa, o entendimento é esse. No momento de dificuldade que o Distrito Federal está passando, o governo quer mandar pacotes de maldade atrás de pacotes de maldade. O pacote número dois deverá ser mandado para esta Casa em pouco tempo. A população espera que a gente faça a fiscalização e que não aprove as coisas que são ruins.

A última esperança da população, Deputado Wasny de Roure, somos nós, porque ela já está desacreditando no governo, pelo que ele demonstrou no primeiro semestre. Então, o nosso papel neste semestre que se iniciou ontem é de suma importância. A população está analisando o nosso trabalho. Estão de olho, e ele vai ser muito importante para a população do Distrito Federal.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA LUZIA DE PAULA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO (PTB. Sem revisão do orador.) – Eu fui perguntado hoje pelo jornalista do *Fato Online* o que eu tinha achado da pesquisa. Em primeiro lugar, eu disse que pode estar havendo uma falha na comunicação com a população. Eu me lembro, só deste semestre – já estou aqui na Casa há nove anos –, que os servidores públicos foram pagos por uma lei, por uma ação votada aqui pela Câmara Legislativa, que foi a questão da liberação dos Fundos.

Vou dar outro exemplo, que tem deixado muitos servidores aflitos, que é a questão da suspensão da licença-prêmio. Ao tempo em que soltam essas matérias de que a população não confia na Câmara, que a Câmara não tem o seu papel, mas toda vez que o calo aperta, que tem uma atitude em que o Executivo vai lá e toma, que interfere em algum setor, a população busca os Deputados Distritais e a Câmara Legislativa. Eu não tenho essa convicção de que as pessoas podem estar tendo falta de compreensão. Nós não estamos conseguindo demonstrar o que estamos fazendo.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05   08   2015	18h	61ª SESSÃO ORDINÁRIA.	27

Mas esta Casa tem um papel de suma importância, sobretudo nesses aspectos que incomodam muito a população.

Ouvi hoje a sua defesa, Deputado Wasny de Roure, sobre a questão dessas ações da Agefis, vi a sua preocupação. Quando aperta...

Hoje, acordei de manhã cedo com uma mensagem no *WhatsApp* de uma pessoa de Vicente Pires, pedindo uma gestão nossa, para fazermos intermediação junto a essas derrubadas. É um alerta de que não estamos nos comunicando bem lá fora para demonstrar o que estamos fazendo. Mas tenho certeza de que a população acredita e espera de nós um papel de defesa.

Temos de ter muito cuidado com esses reajustes que querem mandar para cá, esses aumentos de impostos, porque a população não aguenta mais ser surpreendida pelo Estado com notícias ruins. A população quer ser surpreendida pelo Estado com notícias boas. O único ente que pode estar fazendo isso, as únicas pessoas que são protagonistas dessas boas notícias, ou não, é o Poder Legislativo que, hoje, somos nós, os 24 Deputados Distritais eleitos.

Temos de ter muita responsabilidade, como o Deputado Rafael Prudente disse, para podermos ter discernimento e tomarmos aqui as decisões corretas.

Obrigado, Deputado Wasny de Roure, pela paciência.

PRESIDENTE (DEPUTADA LUZIA DE PAULA) – Concedo a palavra ao Deputado Wasny de Roure.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidenta, eu quero pedir desculpas aos colegas, porque no horário em que o Deputado Bispo Renato Andrade fez o seu pronunciamento – fui informado, inclusive, da enorme expressão e impacto que isso trouxe, e quero me associar ao pronunciamento de colega Deputado –, em função de uma audiência com o Secretário de Saúde, eu não pude estar presente para poder dar a minha contribuição.

Estive no local exatamente há uma semana, Deputada Luzia de Paula. Uma área consolidada com aproximadamente 25 residências de alta qualidade. De fato, não me senti convencido pela manifestação nem do Governador, com quem tratei pessoalmente do assunto, nem da Diretora da Agefis, Dra. Bruna. Considero que houve um tratamento absolutamente diferenciado para provar o poder policial do Estado naqueles que tinham adquirido. Compraram indevidamente? Compraram, a exemplo de todos os moradores de Vicente Pires. Alguns chegaram porque já estavam lá nas áreas arrendadas ou aqueles que compraram também dos detentores dos antigos contratos de concessão ou de arrendamento da Fundação Zoobotânica naquela localidade.

Deputada Luzia de Paula, eu tenho em mãos aqui, enviado ao nosso telefone e ao *tablet* da colega, algo que eu gostaria de ler para que todos os Deputados e a



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05   08   2015	18h	61ª SESSÃO ORDINÁRIA.	28

sociedade do Distrito Federal tivessem conhecimento. Esse é o Ofício nº 257, de 2015. O órgão é a Codesa da Secretaria de Ordem Pública e Social. Está protocolado com o nº 1.253, no dia 24 de abril de 2015. O ofício é datado do dia 23 de abril de 2015.

É um ofício dirigido ao delegado Alberto Leovegildo Lopes Filho, que é o delegado da Dema. Olha o que diz, Deputada Luzia de Paula, Deputado Cristiano Araújo, e colegas Deputados presentes:

“Ao cumprimentá-lo cordialmente, vimos pela presente informar V.Sa. que a Chácara nº 200, que é o alvo das demolições, é objeto permanente de vistoria por parte dessa subsecretaria, porém cabe ressaltar que o antigo administrador de Vicente Pires...” – não diz exatamente que antigo é esse – “...concedeu autorização para os moradores construir no local. Sem mais para o momento, colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos que julgue necessário. Atenciosamente, Subsecretário da Ordem Pública Social Alexandre José da Silva”.

Ora, Sra. Presidenta, eu não consigo entender que governo é este que está hoje diante do Distrito Federal! Qual é a confiança da população do Distrito Federal em face da responsabilidade de defesa? Um estado policial se implantou em Vicente Pires de um tamanho absolutamente gigantesco, criando um clima inclusive de instabilidade. E, diga-se mais de passagem, a Dra. Bruna disse que ainda tem outra operação que vai ocorrer em alguma chácara de Vicente Pires.

Então, Sra. Presidenta, ninguém em Vicente Pires chegou porque comprou da Terracap em forma de licitação. Ninguém, ninguém, ninguém! O que nós temos hoje é algo incompreensível, alegando que a área se tratava de um equipamento público. Não diz exatamente qual é o equipamento público previsto na área que, segundo ela, no mapa que nos mostrou, é em torno de 20% da área, mas que precisa da área como um todo. Não sabe a que se destina aquele equipamento público. E mais ainda: o projeto de Vicente Pires é projeto. Não existe ainda uma definição clara que é esse ou outro projeto que existe e que vai ser aprovado nos órgãos competentes, Conplan – Conselho de Planejamento Territorial e Urbano do Distrito Federal, e tudo mais. Portanto, lamento profundamente.

Ontem, depois de um bom tempo, de uma prévia audiência na Secretaria de Articulação Política, conseguimos falar com o Governador depois de ter esperado um bom tempo. Eu agradeço a gentileza de S.Exa. por nos ter recebido. Mas saí absolutamente, como a gente diz na gíria, sem chão para pisar.

Eu me sinto numa situação – e tenho procurado fazer esse debate fundiário aqui no Distrito Federal – injustificável para aquela população, absolutamente de maneira injustificável, até porque tenho levado para o governo várias denúncias de ocupação de área pública. Nenhum político normalmente gosta de fazer isso. E eu o faço, tenho feito e nenhum efeito representou. Inclusive denúncias apresentadas ao próprio Ministério Público, conversando com promotores bastante conceituados pela



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05   08   2015	18h	61ª SESSÃO ORDINÁRIA.	29

firmeza e dureza, como a Dra. Elda. É claro que não é o Ministério Público que faz essas operações. Agora, eu entendo que é uma metodologia pedagógica. Não consigo entender o que está por trás disso. Somente a história vai nos dizer. Somente a história vai nos dizer!

O ofício assinado pelas autoridades do atual governo, tendo consciência – isso em abril –, consolida-se em torno de 25 casas. Eu estou dizendo 25 porque o próprio Governador me disse isso. Vinte e cinco casas! Eu estive lá, mas não tive o cuidado de contar quantas casas. Casas prontas, habitáveis. Aí dizer que não tinha consciência de paralisar para saber que aquilo era equipamento público? Inclusive, a Agefis já estava sob o mesmo comando. Isso é inadmissível. Isso é um atentado à pessoa humana. Não é porque a área é pública que se permite que as autoridades exorbitem da sua função, exorbitem para fazer valer o poder policial do Estado diante de famílias, diante de crianças, diante de servidores públicos que estão lá, morando nessa localidade. É deplorável essa cena que a comunidade de Vicente Pires vivenciou nesses últimos dias.

Muito obrigado, Deputada Luzia de Paula.

PRESIDENTE (DEPUTADA LUZIA DE PAULA) – Concedo a palavra ao Deputado Joe Valle.

DEPUTADO JOE VALLE (PDT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, que bom que nós estamos aqui em cinco Deputados.

Eu quero colocar algumas coisas. Nós vivemos hoje num Estado que custa em torno de 25 bilhões de reais por ano. São 25 bilhões de reais por ano. Eu gostaria de saber isso, porque saiu esta pesquisa – acabou de sair uma pesquisa sobre a avaliação da Câmara Legislativa. Como a avaliação da Câmara Legislativa, as principais áreas do governo são avaliadas neste momento, desta forma?

A população não percebe a entrega do Estado. Da saúde pública, apesar de custar quase 7 bilhões por ano, só se fala mal. A população não percebe. Segurança pública, a mesma forma. Educação, a mesma forma. E do transporte nem se fala. Então, esses quatro pilares básicos da Constituição o Estado não consegue entregar, apesar de gastar muito neles. Da mesma forma o nosso Legislativo, que custa 400 milhões de reais por ano, e a sociedade não consegue receber a entrega que nós tentamos fazer. Essa é a opinião geral. Pode sair em qualquer lugar, não precisa ficar fazendo pesquisa muito sofisticada, não. Em todos os lugares se pensa dessa forma.

Algo vai mal. Tem que mudar. Não dá para continuar do jeito que está com as velhas práticas. Eu não posso dizer que é normal a cidade ilegal. Não é normal. Não pode ser normal. Eu estava comentando há pouco que eu já vi três cidades nascerem, indo para a minha chácara que fica a 70 km aqui do Distrito Federal, aqui de Brasília. Vi três cidades nascerem em pouco mais de dez anos. Vi cidades nascerem em um ano, e hoje cidades que estão com 90 mil habitantes, que é o



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05   08   2015	18h	61ª SESSÃO ORDINÁRIA.	30

Itapoã, que tem uma escola para 90 mil habitantes. Nasceram por essa ilegalidade e essa imobilidade do Poder Público. Isso nós não podemos mais aguentar.

Eu digo que hoje pode-se colocar 50 mil policiais nas polícias do Distrito Federal que os índices de criminalidade continuarão acontecendo no mesmo formato porque nós não estamos investindo na educação, que é o principal e fundamental para que consigamos melhorar a qualidade de vida das pessoas – e isso não se consegue no curto prazo. Como nós somos imediatistas e vivemos no soluço mandatário, nós nunca fazemos um trabalho – e V.Exa. é prova viva disso – de longo prazo na educação.

Aí eu quero dizer e quero lamentar isto: o Plano Distrital de Educação veio para esta Casa enviado pelo governo. Texto formatado, estudado, trabalhado no Executivo. E agora há trinta vetos no texto do próprio governo. No texto do próprio governo, Sra. Presidente! Eu mando para cá: “olhem, votem essa lei para mim, ela é importante para Brasília”. Nós votamos. Aí, chega lá a lei: “opa, espere aí, não era isso, não. Espere aí”. E a veta. Depois de análise, de audiência pública, de trabalho, ele a veta. Isso é muito ruim para o governo porque, para *nosotros* aqui, isso demonstra o quê? Que uma secretaria não conversa com a outra. Não há interação dentro do governo.

Eu queria aqui, nesta minha fala de Parlamentar, primeiro dizer que estou presente, estou aqui nesta Casa. Não faltei a nenhuma sessão nesta Casa, nenhuma. Não estou falando de falta justificada. Porque a falta que eu fiz, que eu passei fora, foi de 30 dias fazendo um curso no México, e pedi licença não remunerada da Casa. Não recebi meu salário porque eu não fazia jus. Estava fora. Então, não faltei. E vou permanecer, vou ficar e serei o último a sair em todas as sessões. Mas quero que comece às 15 horas porque está no regimento que a sessão deve começar às 15h. As reuniões de Líderes são reuniões de Líderes. O plenário começa às 15h. Ele deve começar às 15h. Não pode começar às 17h30min ou às 18h. Às terças, quartas e quintas-feiras temos plenário, que começa às 15h. Eu terei o prazer... Já tinha falado do Grande Expediente, que nunca fizemos. Já comentei aqui.

Nós não nos aprofundamos nos itens nesta Casa. Trabalhamos superficialmente. Votamos para esta plateia cheia. E, por isso, algo vai mal. Por isso, nós não conseguimos reverter essas pesquisas aí. Nós temos que legislar não para as corporações, nós temos que legislar para o povo. Esta Casa é do povo. Na hora em que eu foco numa corporação e benefício essa corporação em detrimento do espaço de outros, eu estou cometendo injustiça. Portanto, esta Casa não pode legislar nesse formato. Infelizmente, é assim que ela tem legislado. É neste modelo que ela tem legislado. E este modelo irresponsável tem levado – via de regra – ao processo de desconfiança da comunidade.

Eu vi uma reportagem hoje de manhã – aqui não estou dizendo que sou a favor do Uber como está, sou a favor do Uber regulamentado – dizendo que, quando



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05   08   2015	18h	61ª SESSÃO ORDINÁRIA.	31

foi lançada essa tecnologia do Rádio Táxi em 1992 ou 1993, os taxistas queriam quebrar os Rádios Táxis. Saiu na reportagem mostrando os taxistas correndo atrás do Rádio Táxi porque ele ia acabar com a vida dos taxistas. Então, nós temos que tomar muito cuidado para não sermos superficiais quando fazemos as leis aqui e votamos no último dia sem que elas passem em nenhuma comissão. A lei sai do gabinete e é votada aqui. Aí a *Rede Globo*, o *Correio Braziliense*, a imprensa que está aí passa todo dia do mês do recesso botando uma lei nossa na capa e falando: “Olha o absurdo que os Deputados fizeram.” Então, nós Deputados não podemos permitir que façamos isso sem o aprofundamento devido. Eu fico realmente muito triste quando isso acontece e mais triste ainda quando os ataques têm acontecido aos Deputados que têm trabalhado efetivamente. Aliás, eficientemente. Não sei se efetivamente, porque se fosse efetivamente a população estaria recebendo e percebendo. Às vezes, nós somos eficientes, somos eficazes, mas não somos efetivos, Presidente.

Gostaria de agradecer e mais uma vez reforçar o convite para que, na comissão geral amanhã, os Deputados compareçam de verdade para fazer o debate. É a primeira vez que todos os órgãos de controle da saúde do Distrito Federal estarão aqui nesta Casa junto conosco buscando um verdadeiro pacto pela saúde do Distrito Federal. Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADA LUZIA DE PAULA) – Deputado Joe Valle, quero aqui parabenizá-lo pela lucidez das suas palavras, pelo discurso que V.Exa. acaba de fazer da tribuna. Eu o admiro muito, e V.Exa. sabe disso, pela sua trajetória, pelo seu compromisso. Talvez esse seja um dos discursos que V.Exa. tenha feito com o coração, no qual demonstrou realmente o que eu ouvi em seu primeiro discurso nesta Casa, quando V.Exa. dizia que esta Casa tem que ter rito. Se não tem rito – não foram essas as palavras, mas quero aqui expor nas minhas –, nós vamos nadar, nadar e morrer na praia. Nós estamos vendo isso acontecer.

Todos trabalham muito, todos fazem uma jornada mais do que dupla de trabalho. De repente, nós temos das ruas a resposta que sabíamos que íamos ter. Daí a importância de seguir o rito. Se esta Casa construiu um Regimento Interno, mas não temos a capacidade – nós que somos construtores de leis – de seguir esse Regimento, não estamos fazendo com que esse rito, realmente, tenha importância.

Quando V.Exa. aborda a questão do seguimento rígido de horário, temos que dar exemplo. De repente, não estamos dando. Começa pelo cumprimento de horário. Se um aluno vai para a escola e chega atrasado, ele, na maioria das vezes, tem uma tolerância, mas a tolerância é mínima, e ele não assiste à aula. Se todo professor deixar que o aluno entre e saia na hora em que bem entender, ele vai ser prejudicado porque vai perder o conteúdo. Ele precisava estar ali presente para assimilar.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05   08   2015	18h	61ª SESSÃO ORDINÁRIA.	32

Deputado Joe Valle, mais uma vez parablenzo V.Exa. Realmente nós temos – este país, e principalmente a capital federal – uma dívida muito grande com a educação. Por isso, em vez de diminuir os índices de violência, cada dia que passa eles aumentam. Não só pela motivação da população em vir para o Distrito Federal, porque aqui realmente corre leite e mel, mas, sim, pela falta de competência que tem tido o Estado brasileiro de ser claro com a sociedade, com o povo que veio para cá, e tem vindo, para construir suas histórias.

Mais uma vez, parabéns. Fico muito feliz de estar aqui hoje, pela primeira vez presidindo esta sessão, para ouvir V.Exa., como estou todos os dias. Se há um Parlamentar que tem presença assídua neste plenário, é esta Parlamentar que vos fala. Faço isso porque é o meu trabalho, e eu tenho que ter compromisso com minha carga horária de trabalho.

Sei das nossas agendas, sei da minha agenda. Moro em uma das maiores cidades, e talvez uma das que mais requer e mais exige de nós, Parlamentares, a presença e o compromisso. Mas nem por isso eu posso deixar de cumprir meu horário de trabalho. Qual exemplo eu deixo aos meus netos? Meus filhos já estão formados, mas meus netos, não.

Então, quero mais uma vez parabenizar V.Exa. Está aqui o Deputado Joe Valle, o Deputado Lira e a Deputada Luzia de Paula, exatamente às 20h04min42, encerrando esta sessão. Tenho muito orgulho de poder participar deste momento histórico e do discurso que V.Exa. pronunciou da tribuna, Deputado Joe Valle.

A Presidência informa que em razão da aprovação do Requerimento nº 639, de 2015, de autoria da Comissão de Fiscalização, Governança, Transparência e Controle, a sessão ordinária de amanhã, 6 de agosto de 2015, quinta-feira, será transformada em comissão geral para debater o tema: a atuação dos órgãos de controle e de defesa da cidadania para melhoria da saúde pública do Distrito Federal.

Não havendo mais *quorum* para dar continuidade aos trabalhos, declaro encerrada a presente sessão ordinária.

(Levanta-se a sessão às 20h05min.)